

**Relatório Final da Reunião da
Câmara Setorial de Artes Visuais**

**Fundação Nacional de Arte – FUNARTE
Rio de Janeiro, 03 e 04 de novembro e 12 e 13 de dezembro de 2005**

**Câmara Setorial de Artes Visuais
Gerenciamento e Coordenação Política**

Xico Chaves - Diretor do Centro de Artes Visuais da Funarte

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados

Assessoria da Câmara Setorial de Artes Visuais

Morgana Eneile - Funarte

Márcia Lontra – Produção Executiva

Assessoria as Câmaras Setoriais

Janaina Botelho

Mayalu Matos

Eliane Suarez

Dilma Nascimento

Moderação

Miriam Brum

Sumário

1. INTRODUÇÃO

2. CÂMARA SETORIAL DE ARTES VISUAIS – DOCUMENTO 2005

3. PROBLEMAS, DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO

4. DISSENSOS

5. ANEXO I : Definição e campos

6. ANEXO 2 : Lista dos Participantes

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os produtos finais obtidos nas reuniões dos dias 03 e 04 de novembro e 12 e 13 de dezembro de 2005, da Câmara Setorial de Artes Visuais, que teve como objetivo pactuar diretrizes e linhas de ação para as questões referentes à área de Artes Visuais brasileira. **Trata-se de documento em elaboração, a ser burilado e finalizado na próxima reunião presencial da Câmara.**

Participaram: 20 membros, sendo 15 eleitos a partir das Representações e Suplências dos Fóruns Estaduais Presentes e cinco do Ministério da Cultura..

Durante duas reuniões, com dois dias de trabalho cada uma, foram pactuadas propostas de Diretrizes e Linhas de Ação, correspondentes ao Desafio identificado como comum às Diretrizes.

As discussões foram realizadas a partir de diversos documentos elaborados pelos Fóruns Estaduais de Artes Visuais, pelas reuniões anteriores da própria Câmara e em continuidade às discussões iniciadas por ocasião do Seminário Nacional de Artes Visuais, que antecedeu o início das Câmaras. A pactuação do Desafio, das Diretrizes e Linhas de Ação foi realizada em plenária e o representante eleito para a Conferência Nacional de Cultura ficou encarregado da redação final do documento e da apresentação do quadro de sistematização das questões agrupadas por objetivos estratégicos, metas setoriais e propostas de ação.

Os grupos de trabalho foram assim denominados: Atividade Artística, Desenho Institucional e Assimilação Social da Produção. Cada grupo de trabalho buscou identificar possíveis instrumentos e mecanismos para a organização de ações programáticas e seu financiamento, tendo em vista os objetivos estratégicos, metas setoriais e propostas de ação identificados. Por decisão da plenária, os impasses surgidos se resolveram através de votação por maioria. As áreas temáticas consensuais,

dificuldades e iniciativas de fomento comuns foram estabelecidas dentro do modelo de funcionamento da Câmara Setorial.

É consenso entre todos os participantes que as questões aqui levantadas devem ser melhor discutidas em âmbito nacional, com apoio técnico de consultores especializados principalmente no que diz respeito às áreas jurídicas e tributárias.

É consenso também a necessidade de instalação de uma Câmara Setorial que se dedique às questões que apresentam interface com o IPHAN.

2 . CÂMARA SETORIAL DE ARTES VISUAIS – DOCUMENTO 2005

Uma das estratégias criadas pelo Governo Federal para reduzir a distância entre o Estado e a Sociedade é a criação de câmaras setoriais, como conselhos consultivos sociais para as suas pastas ministeriais. O Ministério da Cultura, um dos mais jovens, não escapou a este projeto de ouvidoria. Assim, propôs nos últimos anos a criação de suas cinco Câmaras Setoriais: Teatro, Música, Livro e Leitura, Circo e Artes Visuais – formada em agosto de 2005, no Rio de Janeiro, na FUNARTE – Fundação Nacional de Arte.

A Câmara Setorial de Artes Visuais – CSAV – se configurou durante o Seminário Nacional de Artes Visuais com 20 membros, sendo 15 eleitos a partir das Representações e Suplências dos Fóruns Estaduais presentes e cinco do Ministério da Cultura.

Seu formato, como seu método de trabalho são produto desse encontro, pelo debate entre o Estado, representado pela FUNARTE e a Sociedade, temperada pela ausculta aos convidados especialistas presentes no referido seminário.

Para tal, procurou-se pesar as históricas diferenças sócio-econômicas nacionais – hoje, divididas entre rural e urbano, e inter-regional (o que fala muito fortemente de inclusão e exclusão dígito-cultural) -; a fragilidade do que se pode chamar indústria cultural e mercado em sua interdisciplinaridade e escala - necessária e reduzida -; às relações entre a atividade artística e o Estado; a assimilação dessa produção visual, levando em conta a escala supra; e em ambos os casos: sua natureza, sua dinâmica, suas deficiências e sua significância internacional.

Assim, esta Câmara optou por um formato, na medida do possível, capaz de dar conta do que, a partir daqui, passa-se a chamar de problemática, pelo ambiente dificultoso e complexo onde existe: o Brasil. Traduziu esse desejo numa forma simples: um triângulo com quatro vértices. Três temáticos: **Atividade Artística** – artistas, críticos, curadores, montadores, arte-educadores, produtores e afins (ou artistas/pesquisadores) -; **Instituições (Desenho Institucional)** – museus, galerias, contratos e pactos, além de outros ambientes receptivos a essa atividade artística; a assimilação e recepção desta atividade, junto à instituição (**Assimilação Pública**); e um

grupo específico para equalizar às indicações levantadas às realidades regionais do País (**Representações Regionais**). A estes núcleos, chamou-os de **GRUPOS DE TRABALHO** independentes e harmônicos entre si:

Atividade Artística – Grupo de Trabalho 1 (G1)

Desenho Institucional– Grupo de Trabalho 2 (G2)

Assimilação Pública– Grupo de Trabalho 3 (G3)

Representações Regionais– Grupo de Trabalho 4 (G4)

Foi neste sentido que a Câmara Setorial de Artes Visuais autodenominou seu formato como *híbrido entre Regional e Temático*.

No entanto, esta divisão se mostrou insuficiente para dar conta de cruzamentos mais particulares, que as possíveis observâncias geo-econômico-regionais a título de exemplo, ou para um refinamento de questões mais objetivas, tais como a **Informação** – publicações digitais, impressas ou de outra natureza -, **Formação** – formal ou informal -, bem como a tradução de necessidades e resultados em investimentos e números, como **Economia** seria essencial. Foi pelo emprego destas três lentes que se trabalhou primeiro o Grupo (G1): Atividade Artística.

Estas sub-generalizações, conquanto, pareceram deixar escapar uma gama mais volátil ou menos material de questões, as quais só ganham força com a publicidade da obra (quando ela se torna pública). Estas são as questões de Direito.

Por esse motivo, um quarto eixo vertical passou, ao lado dos três supra, a compor o conjunto de tabelas para os Grupos de Trabalho dois e três (G2 e G3) – que produziram quatro tabelas cada um. A este eixo denominou-se: **Legislação**.

Se estas lâminas perpassam verticalmente os quatro grupos referentes a esta atividade (G1, G2, G3 e G4) – mais ou menos intimamente -, cortam o que pode um conjunto inevitável para a recepção desta produção visual e sua assimilação mercadológica e/ou social, função desse cruzamento, dessa coordenação. Assim, passou-se a usar por método de trabalho, o preenchimento de tabelas (em anexo), tendo por abscissas dessas grades os setores/entidades partes:

Instituições Públicas,

Instituições Privadas,

Terceiro Setor e

Relações Internacionais,

Pensando:

Suas carências/alternativas.

Diretrizes: Dir

Linhas de Ação: LA

Mas se o método é esse, como catalisar um projeto que pretende mais uma vez ser o primeiro para um campo do conhecimento e de mercado com a escala apontada acima e com peculiaridades marcantes como o perfil individual de trabalho, próprio dessa atividade artística? Como reduzir a inequação desproporcional para os investimentos do Estado na União para Cultura diante das arraigadas diferenças históricas e regionais? Ou, que feixe de perguntas se precisaria moer para obter um destilado fino o bastante para não ser exageradamente específico e pontual a questões urgentes, nem amplo a ponto de não vetorizar mediações igualmente importantes, mas para um segundo momento de avaliação, posicionamentos e ações.

É nessa altura que algumas ponderações são importantes.

Dois momentos da História do país precisam ser lembrados. A invasão holandesa, quando acompanhando o Príncipe Maurício de Nassau, vieram ao Brasil Albert Eckout e Franz Post retratando pela primeira vez o Brasil. O seguinte a vinda da Missão Francesa durante a estada de D. João VI, quando foi criada a Academia de Belas Artes.

Em ambos, os casos, primeiro, fala-se de um olhar estrangeiro como referência pictórica sobre o Brasil; fala-se de uma visualidade para um mercado que tem sua força concentrada e avalizada na Europa, por suas escolas; aponta-se, conquanto, para um olhar global e próximo ao dessas e de outras escolas européias.

Um terceiro momento, a imigração no fim do século XIX, em especial para o Sul e Sudeste, quando além de paradigmas políticos e culturais, se reviu posturas, escolas e mercado – ainda que esta conduta não tenha sido bastante radical e pulverizada no território nacional; ou suficientemente densa a ponto de refletir sua incidência cultural sobre o que era nossa produção para o exterior.

De outro lado, foi este caldo, daí então, mais maduro e enriquecido, o fermentado que carrou para as artes visuais, inclusive, o que se chamou Semana de Arte Moderna – por afinidades e contrastes com aquilo até então compreendido e autorizado como arte – retomando, mais uma vez a discussão sobre o que é Cultura Brasileira, o que deixa de ser e seu endereço – uma discussão acadêmica e crítica. Só.

O mercado de arte, como nesse passado recente, a última década de vinte, não significou, não depôs, por uma razão tão simples quanto histórica. Ele não era aqui – embora se consuma arte, oriunda de pesquisa pura ou aplicada, desde sempre, em qualquer parte da Terra, aqui, inclusive.

Se o impacto marcado pelo Modernismo significou uma projeção, enfim, inequívoca do que é essa consciência identitária nacional, de outro lado, ele repercutiu pouco, naquela circunstância, fora do Sudeste, evidenciando um sinal grave da diferença, tanto econômica, quanto sócio-política regional, enraizada no Brasil. Mostrou quanto a Academia de Belas Artes pouco multiplicou até aquela época, e de então para hoje. Evidencia, desde então, um ciclo distorcido entre o que se convencionou e entende por valor econômico e o que lhe escorre. É um quadro que não precisa de restauro, mas de reforma – nunca perdendo de vista dois pontos.

Se quantitativamente, esta produção continua concentrada no Sudeste do País, vale ressaltar, alimentando um padrão de excelência internacional, o que é extremamente positivo; de outra forma, mostra quanto existe de favorável para se avançar fora desse complexo meridional, haja vista a robustez com que esta atividade vem amadurecendo nas demais regiões do Brasil, formal e informalmente.

É por essa via que ainda passam, poucos e verdes, os projetos que pretendam digerir essas desigualdades; que possam, através de alternativas imediatas, em investimentos, diretrizes e fomento, pensando a importância dessa atividade microeconômica, corrigir tal distância para o que possa vir a ser uma cadeia produtiva menos desequilibrada.

Das visitas do Graf Zeppelin para a Câmara Setorial de Artes Visuais, pouco existe sobre este campo do conhecimento como história sistematizada do Brasil, sua contribuição internacional, seu significado para a economia como cadeia

produtiva, como instrução e como ferramental informador e formador de cidadania e mercado interno e externo. Sabe-se pouco sobre nós e se influenciados, tanto quanto achamos que.

Esse desconhecimento implica em importantes distorções sobre o que é, hoje, um possível mercado para a estética produzida no Brasil em artes visuais. Embora o Brasil venha sendo reconhecido como uma referência de qualidade no mundo. Poder reduzir coerentemente esta energia em potência, nunca desprezando, enfatiza-se, sua escala de produção e as graves distorções sócio-econômicas do País, é um lance a se vencer necessariamente pelo Estado que é a Sociedade, mas juntos.

Mas se analisar, matizar e tonificar este mercado, de ruas e supermercados às galerias, universidades e Museus, como nutri-lo sem formação – sem instrução e sem educação? Como caracteriza-lo para um consumidor, que não se identifica como tal, não se percebe como parte ativa e fundamental desse processo e que não o identifica como objeto de consumo – embora, dele, não abra mão?

É a mesma escola básica e fundamental que forma nossos altos técnicos, hoje respeitados internacionalmente, aquela que não contempla a importância de pensar a cultura e a arte. A mesma que quando vislumbra as artes, inclusive as visuais, o que é raro, despreza sua atualidade e sua circunstância nevrágica, para a produção de tecnologia e de técnica.

Não é só. O ambiente digital é um catalisador essencial à essa revisão para formação, informação e/ou economia. E se este sujeito para esse mercado é uma figura latente para se reconhecer e auto-identificar. Como o mercado, este equipamento é, também, potência.

A interface gráfica, que revolucionou os últimos 15 anos da humanidade – que infelizmente, ainda é aquela parte da dos homens nascidos de mulher, que sabe e/ou pode vir a saber que pode ter acesso à internet -, fortalecendo o que entendemos, hoje, por internet, inteligência e realidade, “nasceu” impregnada dessa possibilidade de fusão e solução formadora e informadora da história ou da história sendo escrita.

Esta forma de virtual é também um substrato para esta atividade e, aqui, não é menos desconhecida sua fertilidade mercadológica ou produtiva.

Há questões mais pragmáticas, que o desconhecimento do Brasil como a própria interdisciplinaridade, que se soube descrever. Mais uma vez importou e ainda não se identificou.

Por não existir uma equação eficaz, clara e com o mínimo de consenso entre instituições (o Estado) e sociedade, que se possa traduzir com precisão sócio-economicamente às perdas já esboçadas - que não são poucas, neste campo para a economia – torna-se difícil à criação de um aparato claro de mecanismos interinstitucionais que viabilize e caracterize este mesmo ambiente como cadeia produtiva.

A escala da produção em artes visuais é algo que não pode ser descartado para um empreendimento como esse, não perdendo de vista que as possíveis relações a se estabelecer devem inevitavelmente observar esta variante como fundamental para o seu redesenho, quando comparada a outras atividades igualmente comerciais e não menos valiosas.

Não é um produto fácil, nem definitivo, o conjunto de propostas identificado mais adiante.

Curiosamente, é um paradoxo, a principal dificuldade em se reduzir a termo tais diretrizes, que se explica pelo interesse amplo e multifacetado do fazer artístico visual, na atualidade num país que pouco conhece sobre si e que concomitantemente imerge no que nos 90 passou a se chamar de globalização.

Mesmo sendo desta maneira, este Grupo procurou esboçar em linhas gerais uma perspectiva para seu projeto.

Entre as questões levantadas pelas discussões na Câmara, uma atenção destacada para o significado da categoria, para a identidade iconográfica nacional e para o fortalecimento de sua pesquisa de ponta, afinada com o perfil do que é feito no mundo é o que propõe em uma síntese dos trabalhos realizados neste documento por estes encontros e por depoimentos de alguns especialistas, este ano, itenizado em linhas gerais ou DIRETRIZES¹:

- 1- Radiografia Crítica sobre a Atividade Artística, suas Instituições e a Assimilação Pública com diretrizes a serem propostas pela Câmara em

parceria com especialistas a serem indicados de acordo com os Grupos de Trabalho indicados no parágrafo 8(oito) deste documento e acima.

Parágrafo único: Entende-se por Radiografia Crítica o mapeamento da atividade artístico visual no território nacional e fora desse, pesando, inclusive sua circulação, igualmente no Brasil e no exterior para a produção brasileira e/ou estrangeira, reduzida sempre que possível a dados capazes de expressar o que se chama cadeia produtiva para esta forma de arte.

- 2- A partir desta análise e de um debate mais profundo procurar categorizar o artista visual profissionalmente pesando a tradição acadêmica pela interdisciplinaridade, bem como o não-acadêmico, pelo mesmo viés.
- 3- Baseando-se nesta tradição de pesquisa – formal/informal -, criar instrumentos de aferição para a relação entre esta Atividade e a idéia de valor econômico e/ou estratégico para o País e implementar políticas públicas de fomento, compreendendo a investigação pura, quando for o caso, como um bem necessário.
- 4- Garantir um aparato Legal que dê conta dos direitos e deveres para a relação entre esta classe artística, o Estado e a Sociedade.
5. Criar mecanismos para uma Rede Interministerial sensível ao projeto atual da produção, seu acervo e sua assimilação implicando em uma mais ampla possibilidade de atuação do Ministério da Cultura.
6. Baseando-se nesta Radiografia, estabelecer um percentual da lei orçamentária – baseado nestes estudos de caso, condizente com as necessidades estruturais imediatas para a implementação de um sistema eficiente de atenção desde a Produção até a assimilação pública.
7. Baseando-se nesta Radiografia, elaborar mecanismos para um projeto estratégico identitário para o acervo, a cultura e a produção nacionais formal e informalmente, pensando e acentuando a instrução pela educação visual como eixo fundamental, levando em conta: da visualidade etnográfico-etnológica até a produção contemporânea em artes visuais. Este projeto deve ser elaborado em pelo menos quatro línguas: português, francês e as duas mais faladas no mundo na circunstância em que se preenche – hoje: inglês e espanhol.

8. Baseando-se nesta Radiografia crítica, criar um banco dígito/cultural de dados e imagens levando em conta: da visualidade etnográfico-etnológica até a produção contemporânea em artes visuais. Este banco de dados deve ser elaborado em pelo menos quatro línguas: português, francês e as duas mais faladas no mundo na circunstância em que se preenche – hoje: inglês e espanhol.
9. Fomentar a circulação de periódicos digitais e impressos entre os campos profissionais envolvidos em artes visuais – que, em princípio, são os títulos dados pela Câmara aos seus Grupos de Trabalho, Sub-Grupos e Eixos Verticais de trabalho, que serviram para a elaboração das tabelas para esta Câmara. Estes títulos podem ser mudados desde que ouvida a Câmara Setorial de Artes Visuais.
10. Aprimoramento dos fundos envolvendo o Estado, a iniciativa Privada e o Terceiro Setor, para o fomento à atividade artístico-visual brasileira para o País, interna e externamente – pesando a importância estratégica desta produção e pesquisa (PURA ou APLICADA) para a indústria, o comércio e atividades afins, onde a correção dos desequilíbrios regionais na distribuição orçamentária seja uma constante em todas as ações.
11. Criação de uma rubrica para arte-tecnologia e arte-ciência, denominada “arte-tecnologia”, nas linhas de fomento do Ministério da Cultura, pesando a importância deste tipo de atividade como valiosa ao processo de pesquisa em tecnologia e ciência no país, tendo por fundo, parte do orçamento dos ministérios de Ciência e Tecnologia, Planejamento, Educação e Casa Civil.
12. Criação de um relatório anual sobre a importância da indústria cultural no País, traduzida em números, capaz de demonstrar a necessidade de uma linha de investimentos para o setor – pesando a pesquisa pura e aplicada, bem como todos campos envolvidos direta ou indiretamente com esta indústria nas artes visuais.
13. A partir deste instrumento de aferição e da radiografia crítica, incluir no ensino formal, fundamental e médio, um número de horas-aula em arte-educação, para visitação a instituições na área de cultura.
14. Fomento em níveis federal, estadual e municipal, baseando-se numa reflexão continuada e periódica, para as políticas culturais, nestas esferas de Poder e

entre estas, observando sempre suas independências decisórias Constitucionais, sua co-exigência, harmonia e troca, através das Câmaras Setoriais Nacionais, bem como pelos Fóruns Estaduais e Municipais de Cultura.

Espera-se por este documento se formar um bom alicerce para uma próxima etapa de trabalhos para o que possam vir a ser alternativas suficientes para se abordar as Artes Visuais no Brasil de modo a lhes permitir um ambiente menos inadequado, mais justo e próximo do necessário para a Cultura Nacional.
Recife, 08 de fevereiro de 2006.

Bruno Monteiro.

Representante da Câmara Setorial de Artes Visuais para o Conselho Nacional de políticas Culturais.

Edgar Vasques (RS); Ana Glafira (AL); Tarcísio de Campos (MG); Newton Rocha Filho (PR), Sérgio Franco (SP); Rejane Cantoni (SP); Daniela Bezerra (DF); Roaleno Ribeiro (BA), Wagner Barja (DF); Bruno Monteiro (PE); José Serafim Bertoloto (MT), Carla Zaccagnini (SP); Cristiane Löff (RS); Márcio Botner (RJ), José Albio (CE); Luiz Gustavo Vardânega (PR); Tatiana Ferraz (DF), Celso D'Elia (SP); Jaqueline Mac-Dowell; Tchello de Barros (AL), Emmanuel Franco (PA), Ronaldo Gama (AP), Diógenes Gomes (PB), Paulo César Alves (MA)

Roberto Moreira (SC), Neno Brasil (SC), Alexandre Lambert (RJ)

Flávia Vivacqua (SP), Sílvio Batistella (MS)

Fernando Costa Filho (GO)

Representantes da Câmara Setorial de Artes Visuais

3. DESAFIOS, DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO

**GRUPO 1 - ATIVIDADE ARTÍSTICA - inserir tabelas –
aguardar GoTo**

GRUPO 2 - DESENHO INSTITUCIONAL

TEMA: FORMAÇÃO

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Problema: Escassez de iniciativas para a formação de técnicos na área de museologia, museografia, conservação e restauro de bens móveis, bens imóveis e patrimônio imaterial.

Diretriz geral (DIR): Qualificação específica dos profissionais que atuam na área de museus e exposições

Linhas de ação

LA: Implantação de cursos técnicos profissionalizantes nas áreas de montagem de exposição e restauro.

LA: Implantação de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de conservação preventiva, restauro, museologia e museografia.

LA: recuperar a capacidade de atuação das instituições de preservação no âmbito das artes visuais, a fim de valorizar, restaurar e preservar.

LA: quando houver convergência de ações das artes visuais com a de patrimônio cultural, desenvolver parcerias junto ao IPHAN.

Problema: Escassez de acervos públicos Estatais de artes visuais.

DIR: Criar políticas de fomento a acervos públicos de artes visuais.

Linhas de ação:

LA: criação de políticas públicas para requalificação de espaços existentes e implantação de novos, para a guarda, conservação e exposição.

LA: criação de políticas públicas para aquisição e **manutenção** de acervos de arte (a*).

LA: criação de políticas públicas para aquisição e/ou implantação e **manutenção** regional de acervos.

LA: criação de políticas públicas para identificação, valorização e difusão de acervos de etnologia e arqueologia, bem como, a requalificação dos acervos existentes.

LA: fomentar ações de pesquisa e documentação que levem ao aprofundamento do discurso crítico e reflexivo sobre os acervos, bem como sobre o processo expositivo

Problema: Escassez de espaços / equipamentos culturais especializados em artes visuais.

DIR/LA: Atualizar, ampliar e/ou incentivar a criação de acervos em espaços multimeios que abriguem bibliotecas, gibitecas, videotecas, filmotecas e sítios virtuais específicos e públicos associados à arte, arte aplicada, etnologia e arqueologia.

Problema: Falta de atualização dos parâmetros curriculares em relação a LDB, no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

DIR: Rotina de adaptação dos parâmetros curriculares do ensino na área gerando uma maior coerência com as práticas artísticas circunstantes.

Linhas de ação:

LA: Atualização dos parâmetros curriculares do MEC para educação de primeiro e segundo graus.

LA: Obrigatoriedade de contratação de docentes com graduação em arte-educação para ministrar a disciplina de artes.

Problema: .1. Escassez de ações culturais Estatais, externas ao campo de atuação das IES, que promovam o incremento da formação, da pesquisa e da experimentação artísticas, bem como o intercâmbio cultural dentro e fora do país.

DIR: Fomentar o incremento da produção artística e promover o intercâmbio cultural nacional e internacional da mesma por meio de mecanismos de financiamento direto ao artista.

LA: criação de editais públicos anuais para bolsas de pesquisa e produção para **artistas e profissionais afins***, com duração de três meses a um ano, os quais possibilitem o desenvolvimento de projetos independentes, sem necessariamente estarem vinculados à produção final de obras(s) de arte e/ou exposições eventuais, contribuindo assim para a formação continuada do agente cultural.

LA: criação de editais públicos anuais para bolsas de residência artística no Brasil (bolsas regionais) e no exterior (estas podendo configurar parcerias e composição de orçamento entre o MINC e o Ministério das Relações Exteriores), com duração de três meses a um ano, proporcionando novas perspectivas de integração cultural e formação continuada.

LA: criação de dotação orçamentária para financiar programas projetos de residências para **artistas e profissionais afins*** brasileiros no território nacional e no exterior (nesse caso, o local de residência é proposto pelo **artista**).

Problema : 2. Escassez de centros e equipamentos culturais especializados voltados à pesquisa, produção e experimentação em artes visuais.

2.1. **DIR:** Requalificar espaços culturais já existentes, bem como criar novos (quando necessários), de modo a conferir um novo caráter, de multiuso, buscando contemplar a realização de projetos de pesquisa e de formação profissional - cursos e oficinas -, que abranjam as mais diversas áreas da produção artística (-).

LA: estabelecimento de programas de bolsas-estágio.

LA: aquisição de equipamentos (infra-estrutura) para esses espaços culturais.

LA: apoio a espaços culturais geridos por artistas comprometidos com programas complementares de difusão e compartilhamento de bens culturais e/ou cursos de arte para a comunidade.

LA: estabelecimento de parceria entre IES, comunidades e poder público nas três instâncias (municipal, estadual e federal) na implantação de “Incubadoras Culturais” (a ser detalhada).

LA: estabelecimento de parcerias entre pontos de cultura, tele-centros e congêneres para ampliar a inclusão digito-cultural.

Problema: 3. Escassez de iniciativas para a formação de técnicos na área das artes visuais.

3.1. **DIR:** Implementar cursos de capacitação técnica em nível médio e superior na área de artes visuais.

Problema: 4. Escassez de cursos de artes visuais (bacharelado e licenciatura) em algumas regiões do País.

4.1. **DIR:** Criar e reconhecer cursos de artes visuais (bacharelado e licenciatura) nas IES em regiões carentes dessas ações.

LA: atualização curricular para contemplar outras formas de artes visuais, atendendo, também, à complexidade da produção visual contemporânea.

LA: Dotação orçamentária para a formação de acervo literário afim, bem como para infra-estrutura acadêmica.

Problema: 5. Falta de apoio e de reconhecimento ao ensino informal originado na relação mestre/aprendiz

5.1. **DIR:** Reconhecer e apoiar o ensino informal originado na relação mestre/aprendiz que proporcione relevante contribuição na formação prática de técnicos e artistas.

LA: criação de bolsas específicas para ambos, mestre e aprendiz

Problema: Ausência de ações educativas em muitas instituições, como museus, no País.

DIR: implementação de setores educativos nos museus.

LA: contratação de pessoal especializado, como estagiários dos cursos de artes visuais e profissionais para coordenação desses setores.

Problema: Circulação precária da Cultura no País em bens e informação

DIR: Fortalecimento da Rede Nacional de Artes Visuais.

LA: A partir da Radiografia crítica elaborar um estudo estratégico implementar a ampliação da Rede Nacional de Artes Visuais.

INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Problema: Ausência de uma política de fomento para o mercado de artes visuais no Brasil.

DIR: Estudo de caso entre CSAV, FUNARTE, corpo técnico – formado por comerciantes da atividades meio e fim da atividade artística – para reduzir ao máximo a carga tributária e o desenho de plano de fomento e desenvolvimento para o que possa ser um mercado em torno da estética brasileira, pura ou aplicada, para, aí sim se poder impor algo neste campo.

LA: Estudo sistemático para o fomento ao mercado de artes visuais no Brasil com corpo técnico devidamente preparado.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Problema: Falta de regulamentação e transparência das atividades relativas às artes visuais em embaixadas brasileiras, órgãos diplomáticos e outras representações do Brasil no exterior.

DIR: Criar regulamentação condizente com critérios públicos transparentes e adequados aos valores do meio artístico para as atividades relativas às artes visuais existentes em Embaixadas brasileiras, órgãos diplomáticos e outras representações do Brasil no exterior.

LA: mapeamento e avaliação das regulamentações já existentes nesses espaços, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores.

LA: Fomento a um circuito internacional nesses espaços ou através deles que proporcione visibilidade à.

LA: Criação e/ou regulamentação de normas de ocupação dos espaços expositivos das Embaixadas

LA: Circulação diplomática: regulamentação e transparência das atividades dos espaços expositivos de embaixadas brasileiras; constituição de um conselho curatorial diretor das práticas artísticas para todo tipo de representação internacional (nesses espaços, em exposições de representação nacional e na nomeação de adidos culturais)

Problema: Fraca relação de intercâmbio internacional.

DIR.: Realização de análise junto ao Ministério do Planejamento, Casa Civil, Itamaraty, MinC e CSAV para o fortalecimento da circulação internacional do que se entende por atividade artística, observando a produção nacional de estética como valor estratégico.

LA: A partir da Radiografia Crítica, para o que é bem cultural e estética produzidos no Brasil, criar linhas de intercâmbio internacional entre artistas, instituições e bens afins - inclusive a propriedade intelectual.

TEMA: LEGISLAÇÃO (mecanismos de regulação)

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Problema: Falta de um estudo, levando em conta o sentido estratégico do que é a atividade artística no País para a educação, a economia e a cultura.

DIR: Realização de um estudo estratégico sobre a atividade artística no Brasil, capaz de traduzir esta atividade em parâmetros para a economia do País.

LA: Realização de um estudo continuado e atualizado periodicamente

LA: criação de uma comissão técnica permanente para o acompanhamento desse estudo junto a Câmara Setorial de Artes Visuais - CSAV.

Problema: Leis de Incentivo: incentivo baseado apenas (ou principalmente) no marketing cultural das empresas.

DIR: Fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, destinando recursos mais efetivamente no incentivo à pesquisa, à criação e à experimentação artística.

LA:- Rever as Leis de Incentivo, esclarecendo as visibilidades de “incentivador” e “patrocinador” e seus compromissos contratuais.

Problema: Obrigatoriedade de doação de obras em alguns editais públicos de exposições

DIR: Criação de políticas de aquisição e formação de acervos

LA: desobrigar o artista da doação de obra como contrapartida de sua participação em exposições.

Problema: Falta de articulação entre INSTITUIÇÕES responsáveis pelo patrimônio histórico para atuar em vistorias sobre o impacto da ação de mineradoras em sítios arqueológicos e outros da cultura material, entendidas como referências fundamentais do campo das artes

DIR: Criação de fundo para financiamento de pesquisa arqueológica e conservação de sítios.

LA: extinção dos termos compensatórios que degradem o referido patrimônio.

Problema: Falta de clareza nos editais e convocatórias em relação ao seu perfil e sua finalidade.

LA: Implementação e obrigatoriedade de criação de normas transparentes para ocupação dos espaços públicos tradicionais e alternativos)

Problema: Mecanismos precários, entre: a atividade artística* independente e o Estado.

DIR: Criação de mecanismos que flexibilizem a relação entre a pesquisa (Atividade Artística*) e os equipamentos estatais.

LA: Criação e/ou implementação de outros canais de difusão da arte que não só as exposições (ex: periódicos digitais ou não, sites e outros).

Problema: Ausência de regulamentação da profissão.

DIR: Criação de um aparato legal de competências (trabalhista) para a Produção.

LA: mobilização da Câmara Setorial de artes visuais, um corpo técnico, formado por especialistas e Congresso Nacional

Problema: Ausência de amparo legal para questões tributárias

DIR: Aparato legal sobre limites tributários que incidam sobre a produção de modo que, este, uma vez resguardado recaia especificamente sobre a produção.

Problema: Ausência de projetos para equiparação legal

DIR: A exemplo do que a Constituição Federal prevê para a lei de liberdade de imprensa admitir o mesmo posicionamento legal ordinário para a liberdade de expressão em artes visuais.

Problema: Falta de reconhecimento da pesquisa e experimentação em arte e tecnologias nos editais de financiamentos das agências científicas.

DIR: Reconhecimento da pesquisa e da experimentação em arte e tecnologias nos editais de financiamentos das agências científica.

LA: Elaboração de ações em conjunto com o MCT, visando a elaboração de critérios para o enquadramento deste tipo de pesquisa nos editais existentes ou elaboração de editais específicos.

LA: Criação de mecanismos de fomento específicas para esta linha de pesquisa.

Problema: Falta de garantia de retorno público do investimento público, tal como ocorre com as IESs públicas.

DIR: Garantia de disponibilidade de bens e/ou serviços digitais ou não, produzidos com dotação orçamentária PÚBLICA, proporcional ao percentual investido como bem público.

LA: Estabelecimento, junto aos Ministérios do Planejamento, Justiça, Educação e Cultura de aparato legal capaz de garantir esta resposta social, tal como ocorre com a pesquisa nas IES públicas.

LA: Adaptação da Licença de Uso Re:Combo – LUCR () – para este percentual através de um estudo envolvendo especialistas, a Câmara Setorial de Artes Visuais e o MinC.

Problema: Falta de concursos públicos regulares visando a contratação de profissionais especializados

DIR: A partir de um estudo, determinar parâmetros para um concurso público para o MINC e seus respectivos órgãos.

LA: Regularização de concursos públicos para o Ministério da Cultura e seus respectivos Órgãos.

INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Problema: Falta de uma política para tornar as iniciativas e ações de incentivo à produção, difusão e assimilação das artes visuais, oferecidas ou mediadas pelo Estado, mais acessíveis, tanto para instituições, empresas, como para civis.

DIR: Divulgação por parte do Estado dos meios de aplicação e obtenção dos benefícios das leis que permitam a isenção fiscal para as empresas

LA: Criação de um serviço (como balcões), digital ou não, de informação a respeito das possibilidades, oferecidas pelo Estado ou por ele mediadas, de produção, difusão e assimilação da arte (como editais e outras fontes de financiamento).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Problema: Falta de critérios para a difusão da arte brasileira no exterior

DIR: Criar critérios e promover uma ação interministerial para internacionalização da arte brasileira

TEMA: ECONOMIA (financiamento)

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Problema: Escassez de projetos Federais na área de cultura focados no incentivo às produções e intercâmbios regionais

DIR: Criar editais Estatais de incentivo à pesquisa e produção, que contemplem a descentralização da produção e circulação artísticas, assim como de produções teóricas, favorecendo ainda ações de intercâmbio cultural entre as distintas Regiões do Brasil levando em conta a diversidade de perfis para a produção, não privilegiando campos específicos e/ou tendências.

LA: Baseando-se na radiografia crítica destinar dotação orçamentária para que se estimule a pesquisa em torno da atividade artística seja contemporânea ou não.

Problema: Ausência de definição de perfil de grande parte de nossas instituições de arte, o que acarreta em má distribuição de recursos e conflitos de interesses estéticos e políticos, e, por vezes, confluência de muitas instituições atuando num mesmo campo, enquanto há carência de instituições atuando em outros campos.

DIR: Baseando-se na radiografia crítica, identificar e ou estabelecer perfis para instituições culturais, de forma que estas abranjam os vários padrões estéticos, levando a uma dotação orçamentária mais afinada com a diversidade de perfis institucionais e da atividade artística¹.

LA: Dar ênfase, na radiografia crítica, à possibilidade de realização de uma perfilamento institucional, visando uma reflexão sobre a melhor forma de distribuir essas instituições de forma a dar conta da demanda referente a diversas estéticas e políticas da arte.

Problema: Falta de um programa e de atenção em torno do valor comercial da estética produzida no País para o País.

DIR: Criação de um corpo interministerial (Planejamento e cultura) para pensar a estética brasileira como um valor de consumo.

LA: Criação de programa de investimento para atividade artística pesando a assimilação comercial da estética brasileira pura e/ou aplicada.

Problema: Restrito mercado de arte, e falta de estímulo a investimentos e à ampliação do que possa ser esse mercado para artes visuais.

DIR: Trabalhar para a ampliação do dito mercado de arte, visando incluir, neste, outras formas de mercado que não somente a comercialização direta dos produtos das artes visuais, geralmente obras de arte e design.

LA: Com a consciência de que aspectos diversos das artes visuais estão presentes em outros tantos aspectos do cotidiano, propiciar a criação de linhas de fomento a projetos e programas que não necessariamente apresentem resultados pontuais, como uma exposição, mas que, ao contrário, possibilitem a diluição da arte, e, em especial, sua estética, a curto, médio e longo prazo, de forma a inserir mais veementemente a arte em outros campos que não os para ela especificamente destinados.

Problema: Ausência de espaço específico, nos órgãos de pesquisa do Governo Federal, como o CNPq, CAPES e FINEP, para a pesquisa em artes visuais, bem como a precariedade e/ou pouca divulgação das relações desses órgãos com o Ministério da Cultura, a fim de pensar e planejar, com critérios mais bem definidos e pautados nas carências da área, a política de apoio à pesquisa e produção em artes visuais acadêmicas ou não.

DIR: Criação de um espaço específico para as artes visuais nos órgãos de pesquisa do Governo Federal, como CNPq, CAPES ou FINEP, e aproximação das relações entre esses e o Ministério da Cultura.

LA: Criação de uma comissão interministerial, junto com a Câmara Setorial de Artes Visuais, para o debate acerca da criação desse espaço e sua posterior implementação.

Problema: Total autonomia das empresas estatais no que se refere ao investimento de seus recursos em cultura, ficando, por vezes, esses recursos investidos em atividades culturais cuja prioridade é a promoção da empresa patrocinadora.

DIR: Destinação, ao Ministério da Cultura, de uma porcentagem da verba para a cultura por empresas estatais brasileiras, ficando, portanto, a cargo do Estado, e não da iniciativa privada, a decisão de onde esses recursos deverão ser aplicados.

LA: Criação de uma comissão interministerial que, junto com a Câmara Setorial de Artes Visuais, possa discutir a viabilidade da criação de tal percentual.

INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Problema: Altíssima carga tributária em torno da produção e assimilação da atividade artística.

DIR: Elaboração de um plano interministerial para redução e/ou isenção de carga tributária sobre a produção cultural.

LA: Criação de um mecanismo para requerimento de isenção de impostos de acordo com o perfil do requerente.

Problema: Uso questionável das Leis de Incentivo à Cultura, que permite que grandes empresas não mais repassem suas próprias verbas, anteriormente destinadas à Cultura e sua imagem, para destinar, agora, seus tributos a esse fim, isentando-as, portanto, de financiar, com recursos próprios, as atividades culturais que lhe trarão diversas formas de lucro.

DIR: Rediscussão das Leis de Incentivo à Cultura.

LA: Com a Câmara Setorial de Artes Visuais, o Governo Federal e representação da Iniciativa Privada, discutir, com base na Radiografia Crítica, quais as mudanças que podem ser feitas na Lei, visando o emprego mais adequado da mesma.

Problema: Elevada carga tributária sobre pequenas e micro empresas, como galerias de arte, dificultando a ampliação do mercado de arte.

DIR: Discussão acerca da possibilidade de redução e/ou isenção de carga tributária de pequenas e micro empresas, em especial galerias.

LA: A partir de uma comissão formada por galeristas, Câmara Setorial de Artes Visuais, MinC e técnicos do Ministério da Economia, discutir a possibilidade de redução e/ou isenção de carga tributária de pequenas e micro empresas, em especial galerias

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Problema: Altíssima carga tributária em torno da circulação de obras e insumos para a atividade artística.

DIR: Estudo para a criação de mecanismos eficazes para a capilaridade necessária ao melhor desempenho desta circulação.

LA: Criação de uma comissão para o estudo deste caso, composta por técnicos do setor fazendário, articulação política da Casa Civil, Funarte e CSAV.

Obs:

A tabela acima está associada à tabela anterior (LEGISLAÇÃO) e necessita de uma comparação para ser lida.

Sugere-se uma reflexão sobre as questões econômicas diretamente associadas às cadeias produtivas no âmbito das AV e que se considere às eventuais consultas jurídicas já solicitadas à FUNARTE

- (1) pensar que o Museu Nacional de Belas Artes tem um perfil diferente dos MAMs e não há uma hierarquia de importâncias possível, entre os dois grupos. Assim,

investindo-se na diferença vai-se estar investindo mais equilibradamente no perfil plural do que pode ser a nossa atividade artística.

- (2) Entende-se Atividade Artística toda a cadeia envolvida entre produção, difusão e assimilação – levando em conta as especialidades profissionais envolvidas.

TEMA: INFORMAÇÃO

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Problema: Ausência de informações integradas sobre as instituições culturais no campo das artes visuais.

DIR: Criar mecanismos para a realização de projetos de divulgação em várias mídias, que visem a ampliação das informações relativas ao campo das artes visuais.

LA: Realização de mapeamento das instituições culturais entre as diversas regiões do País (radiografia crítica).

LA: Criação de um sistema integrado de informações acessível também em meio digital (banco de dados).

Problema: Precariedade dos sites das instituições públicas em informação no Brasil

DIR: Realização de análise, junto às instituições públicas afins, pela CSAV para a devida redução a termo das possíveis causas concernentes a esta desatualização.

LA: Com especialistas do Estado, CSAV, iniciativa privada e 3º. Setor, indicar uma política de fomento para a área, pesando o fato de que não cabe ao Estado esta tarefa, mas cabe a este o fomento para tal, levando em conta seu papel estratégico para o comércio interno e internacional.

Problema: Ausência de divulgação de espaço específico para a pesquisa em artes visuais, nos órgãos de pesquisa do Governo Federal, como o CNPq, CAPES e FINEP.

DIR: Plano de divulgação dos espaços específicos para as artes visuais nos órgãos de pesquisa do Governo Federal, como CNPq, CAPES e FINEP.

LA: Criação de uma página, a ser inserida nas homepages cabíveis, para divulgação desse espaço de pesquisa e fomento às artes visuais, tornando essas informações mais acessíveis.

Problema: Carência de canais de veiculação da reflexão crítica sobre arte, bem como de pesquisas na área.

DIR: Criação de mecanismos de difusão da arte, em especial da reflexão crítica sobre a mesma.

LA: Criação de uma política de investimentos para a publicação de periódicos diversos sobre arte.

TERCEIRO SETOR

Problema: Ausência de projetos permanentes de difusão das artes visuais.

DIR: Patrocinar projetos que visem a sistematização da informação sobre as artes visuais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Problema: Ausência de programas de intercâmbio internacional via editais, convocatórias e financiamentos para tais fins

DIR: Promover o intercâmbio internacional democratizando para a classe artística, via editais públicos, os critérios de ocupação dos espaços culturais disponíveis no exterior.

LA: Rever programas de financiamento para a pesquisa em arte no exterior.

LA: Criar bolsas de residência no exterior.

GRUPO 3: ASSIMILAÇÃO PÚBLICA

Problema: Carência de capacitação, especialização e atualização para o corpo docente no País dedicado à cultura, bem como pedagogia aplicada à área.

DIR: Atualização de professores para o ensino médio e fundamental para artes visuais, tendo em vista as especializações na área.

LA: Previsão de ampliação orçamentária da Rede Nacional de Artes Visuais, como instrumento urgente de implantação imediata para o programa (diretriz 1a) para o ensino, fundamental e médio.

LA: Criação de cursos de aperfeiçoamento e atualização de no mínimo de 180h;

LA: Ampliação criteriosa a partir do estudo de caso a ser realizado entre MEC e MinC (diretriz 5) de cursos pós-graduação lato e stricto sensu;

Problema: Não cumprimento da LDB 1996 que obriga o ensino de artes visuais e disciplinas afins, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais¹.

DIR: Regularização e efetivação dos PCN ARTE;

LA: Criação junto ao MEC de um fórum de discussão para implementação de estratégias para a incorporação de disciplinas afins, tais como aponta Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte

Problema: Falta de investimento num programa de divulgação e valorização da produção em artes visuais (em sentido amplo) no Brasil.

Dir: Criação de um programa de divulgação, educação e instrução para a redução deste dano sócio-econômico.

LA: Elaboração de um estudo interministerial envolvendo MEC, MinC e Casa Civil, CSAV e Notórios Saber, sobre o impacto desse investimento na educação e disciplinas afins para os bens da cultura visual produzida no País e seu consumo.

Problema: Falta de equipamento (espaço físico) adequado para o ensino das artes bem como uma política para utilização dos equipamentos existentes tais como galerias, museus, ateliês e análogos;

DIR:

LA: Conscientização, em nível administrativo e legislativo, para um plano em nível nacional para a incorporação dos equipamentos já disponíveis – museus, galerias e afins 3 para este projeto nacional, integrando a esta iniciativa a Rede nacional de Artes Visuais.

LA: Construção, adequação de equipamentos para o ensino das artes;

LA: Criação de laboratórios para a inclusão dígito-cultural do corpo docente e discente;

LA: Criação das Escolas Parques (de acordo com o modelo Anísio Texeira implantado em Brasília)

4. Fiscalização e acompanhamento das diretrizes estabelecidas pelo MEC para o ensino de artes e disciplinas afins, acompanhada sistematicamente pelo MinC.

(1) *Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte:*

<http://www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/arte.pdf>

3. DISSENSOS

A discussão apontou diversos campos de ação cujas discussões não estão ainda amadurecidas, devendo ser mais profundamente debatidas em âmbito nacional.

Questões como:

1. **Colecionismo.**
2. **Atividade Artística no campo da Reprodução Mercantil:** Agenciamentos estéticos mistos que se inscrevem num nível de atividades rentáveis e economicamente auto-sustentáveis, com meios próprios de circulação que apresentam intersecções ocasionais com o campo das práticas de 1.1 (práticas como artesanato, decoração, cenografia, design, moda, quadrinhos, games, foto jornalismo, programação visual). VER ANEXO I
3. **Atividade Artística no campo Etnológico e Arqueológico:** Práticas científicas que trazem para um campo estético ocidental objetos de culturas e civilização outras, ainda que em seus lugares de ordem não sejam considerados artísticos. Objetos estes referentes a modos de simbolização derivados de motivações históricas, técnicas e sociais diversas da tradição eurocêntrica (zoolitos, pinturas parietais, artefatos de uso, cerâmica, fetiches, instrumentos e objetos rituais, pinturas e adornos corporais, objetos e estruturas habitacionais e funerárias). VER ANEXO I

Anexo I

Atividade Artística

Definição do Campo

Este tópico visa circunscrever, ainda que precária e insuficientemente, campos que são diversificados pelos seus usos e funcionamento próprios, mas que se relacionam com a pesquisa e a investigação das práticas que produzem os objetos, ações, propostas e reflexões que delimitam o campo das artes visuais.

- 1.1.1 – **Atividade Artística no Campo Simbólico:** Práticas estéticas que vão desde as atividades em suportes tradicionais (pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura) até as atividades que visam linguagens e experimentos materiais, corporais ou espaciais; pesquisas de suportes e tecnologias; dispositivos informacionais e sócio-políticos.

- 1.1.2 – **Atividade Artística no campo da Reprodução Mercantil:** Agenciamentos estéticos mistos que se inscrevem num nível de atividades rentáveis e economicamente auto-sustentáveis, com meios próprios de circulação que apresentam intersecções ocasionais com o campo das práticas de 1.1 (práticas como artesanato, decoração, cenografia, design, moda, quadrinhos, games, foto jornalismo, programação visual).

- 1.1.3 – **Atividade Artística no campo Discursivo:** Práticas de re-simbolização da atividade estética no registro de linguagens escritas e outras articulações, visando a atualização de significados propostos por obras, objetos e ações de arte numa perspectiva do pensamento e da reflexão (história da arte, crítica de arte, antropologia, psicanálise, teorias da arte, formas literárias pós-modernas, curadoria).

1.1.4 – **Atividade Artística no campo Etnológico e Arqueológico:** Práticas científicas que trazem para um campo estético ocidental objetos de culturas e civilização outras, ainda que em seus lugares de ordem não sejam considerados artísticos. Objetos estes referentes a modos de simbolização derivados de motivações históricas, técnicas e sociais diversas da tradição eurocêntrica (zoolitos, pinturas parietais, artefatos de uso, cerâmica, fetiches, instrumentos e objetos rituais, pinturas e adornos corporais, objetos e estruturas habitacionais e funerárias).

OBSERVAÇÕES/ COMENTÁRIOS:

O detalhamento dos 4 campos consta de Documento Anexo, (produzido pela representação de SP), com objeção por parte de Rejane Cantoni, representante de São Paulo, que por esse motivo, não assina o anexo.

Anexo II

Lista dos Participantes

- Por área de atuação:

- Produção (4 vagas)

- Titulares: Edgar Vasques (RS); Ana Glafira (AL); Tarcísio de Campos (MG); Newton Rocha Filho (PR).

- Suplentes: Sérgio Franco (SP); Rejane Cantoni (SP); Daniela Bezerra (DF); Roaleno Ribeiro (BA).

- Âmbito Institucional (3 vagas)

- Titulares: Wagner Barja (DF); Bruno Monteiro (PE); José Serafim Bertoloto (MT).

- Suplentes: Carla Zaccagnini (SP); Cristiane Löff (RS); Márcio Botner (RJ).

- Recepção Pública (3 vagas)

- Titulares: José Albio (CE); Luiz Gustavo Vardânega (PR); Tatiana Ferraz (DF).

- Suplentes: Celso D'Elia (SP); Jaqueline Mac-Dowell; Tchello de Barros (AL)

- Por região (5 vagas):

- Norte:

- Titular: Emmanuel Franco (PA)

- Suplente: Ronaldo Gama (AP)

- Nordeste:

- Titular: Diógenes Gomes (PB)

- Suplente: Paulo César Alves (MA)

- Sul:

- Titular: Roberto Moreira (SC)

- Suplente: Neno Brasil (SC)

- Sudeste:
 - Titular: Alexandre Lambert (RJ)
 - Suplente: Flávia Vivacqua (SP)

- Centro-Oeste:
 - Titular: Sílvio Batistella (MS)
 - Suplente: Fernando Costa Filho (GO)

